

O QUE O SINDICALISMO ME ENSINOU SOBRE OCUPAR ESPAÇOS POLÍTICOS

Carolina Rodrigues Costa¹

A chegada e permanência das mulheres, e de outros grupos considerados minoritários, nos espaços de poder é um tema que pode ser debatido a partir de diferentes questões. Assunto é o que não falta. Eu poderia lançar mão de uma série de exemplos para ilustrar como tem sido minha caminhada como sindicalista há quase cinco anos e como presidenta do sindicato há quase dois anos e acredito que muitas mulheres se identificariam com os meus “causos”. Mas pensando neste momento de eleições, em que muitas companheiras estão travando batalhas difíceis em suas campanhas e enfrentando resistências e boicotes de todos os lados (inclusive de seus camaradas de luta e partido) eu queria compartilhar três argumentos que penso serem importantes.

O primeiro deles diz respeito à velha retórica de que nós mulheres não temos experiência na atuação política e devemos ter uma formação e uma trajetória prévias (não se sabe ao certo quais) antes de galgarmos qualquer espaço político. Não preciso dizer que esta formação e trajetória indefinidas que tanto nos cobram nunca é demandada dos homens - a menos que eles pertençam a grupos considerados minoritários. Pois bem, eu quero dizer aqui que é completamente falaciosa esta ideia de que mulheres não sabem se locomover nos espaços políticos e precisam de “aulinhas” dos homens antes de pensarem em se manifestar.

Os espaços políticos são diversos: associações de bairro e comunitárias; movimentos populares relacionados ao acesso aos serviços públicos e direito à cidade; movimentos sociais com pautas amplas relacionadas ao combate ao machismo, à misoginia, ao racismo; movimentos de proteção de direitos das pessoas LGBTQIA+ e de pessoas com deficiência; conselhos de direitos; movimentos rurais e de demanda por trabalho; sindicatos; partidos políticos e mandatos coletivos; entre muitos outros. As mulheres sempre estiveram à frente destes espaços de organização que são POLÍTICOS! E mais do que isso, muitas das vezes ocuparam e se comprometeram com estas lutas quando os homens não quiseram fazê-lo, quando eles abandonaram ou relegaram a segunda ordem pautas relacionadas à reprodução social (talvez as mais importantes) e que não lhes garantiam privilégios e/ou status.

Não é novidade nenhuma a ocupação das mulheres nos espaços políticos e nenhuma de nós precisa pedir licença ou fazer um cursinho no melhor estilo “comer o pão que o diabo amassou” antes de galgar qualquer espaço de poder. Nós não precisamos aprender a fazer política ou provar, para quem quer que seja, que sabemos fazê-la uma vez que SEMPRE estivemos à frente de espaços políticos. O mesmo vale para todas as outras pessoas que são consideradas minorias sociais.

¹ Assistente Social no Poder Judiciário de Santa Catarina; Presidente do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores do Poder Judiciário de Santa Catarina; membro do Coletivo Valente.

Em segundo lugar, a política que os homens nos cobram aprender é mais sobre um modo de fazer política que existe com base na realidade e condições de privilégio que eles sempre tiveram e que está baseada em parâmetros que não dão conta de representar a classe trabalhadora em sua complexidade. Um modo que tem perpetuado a exploração, que tem reproduzido racismo, violência e discriminação e que é base deste sistema Capitalista.

Vou falar do meu lugar de sindicalistas mulher. O que dizer sobre a imagem do sindicalista comprometido que fica o dia todo no sindicato, viaja longas distâncias sozinho para falar com uma pessoa, fica semanas fora de casa? Este modelo, por si só, não me diz muito sobre o compromisso e efetividade no trabalho. Antes disso seria importante saber sobre a qualidade dos vínculos que este sindicalista cria com a base, como se dá o processo de formação e de construção coletiva e, ainda, os resultados da atuação na garantia e conquista de direitos. Notem que este arquétipo do sindicalista que sacrifica todo seu tempo para a luta sindical também fala da ausência de um homem na vida familiar e do trabalho que isso implica. Como sindicalista, me dá uma “gastura” pensar que muitas vezes a luta sindical tem sido usada para ampliar a exploração de mães, companheiras, irmãs e filhas de sindicalistas em suas casas sob a justificativa do compromisso com a luta coletiva, ao mesmo tempo que serve como ferramenta para expulsar mulheres de sindicatos uma vez que é impossível para aquelas que tem que dar conta das tarefas de reprodução social amanhecer e anoitecer fazendo a luta dentro de tais padrões.

É preciso parar de achar que o jeito de fazer política dos homens é o jeito universal de fazer política. Não é! Homens não podem ser eternamente considerados “osujeito universal”. Os homens têm que parar de achar que tudo que fala sobre eles fala sobre a humanidade e todo resto é identitário. Quando as mulheres, as pessoas pretas, as pessoas com deficiência, as pessoas LGBTQIA+, entre tantos outros grupos, falam sobre si, estão falando sobre a classe trabalhadora como um todo. Estão colocando na mesa todos os dilemas que permeiam o cotidiano e que prejudicam, ou facilitam, o existir.

Eu acredito que no atual estágio de desenvolvimento e organização da sociedade, as mulheres têm mais condições e elementos para pleitear e conduzir a transformação social buscando formas de viver que possibilitem a todas as trabalhadoras e trabalhadores viverem com mais dignidade. Nós temos muita trajetória política e nós não precisamos pedir licença ou passar no “vestibular dos homens” para ocupar qualquer espaço. As nossas vivências nos credenciam.

E aqui quero abrir um parêntese: a minha experiência e formação como Assistente Social têm me ajudado muito a desempenhar o papel de Presidenta do SINJUSC. Junto com minhas companheiras e companheiros, e de forma coletiva, nós fomos inserindo os temas que hoje estruturam a política do Sindicato e que passam pela defesa do Serviço Público através do entendimento da Proteção Social, o debate da Previdência a partir da Seguridade Social, bem como seu olhar articulado junto às políticas de Saúde e Assistência Social. Além disso, estamos fortalecendo a luta coletiva, que passa pela questão do trabalho e também do território, a partir de uma ideia de comunidade organizada. Eu fui questionada, e, também, minhas companheiras, sobre a capacidade que um grupo de mulheres Assistentes Sociais teriam para conduzir um sindicato. Hoje nós estamos mostrando que temos sim plenas condições políticas de fazer frente a todas as demandas que chegam à direção sindical – principalmente pela formação que temos.

Por fim, eu queria levantar mais um aspecto que me parece fundamental nesta discussão. O “vestibular dos homens” costuma ser violento com as mulheres e é comum que, para suportar tanta violência, a gente acabe se endurecendo. É uma forma de proteção, pois

já sabemos que quanto mais nos parecermos com eles, menos seremos alvo. A mulher que ousar ocupar o espaço dos homens deve, na percepção deles, ao menos ser infeliz e ressentida. Isso é muito triste. Então eu conclamo as companheiras, Assistentes Sociais, mulheres de periferias e do espaço rural, mulheres pretas, LGBTQIA+, com deficiência, mulheres que estão na fase idosa da vida, a ocuparmos os espaços com petulância, com alegria, sem abrir mão de uma gota daquilo que representa nossa essência como mulheres e principalmente nos apoiando umas às outras. É preciso deixar para trás o falso mito que mulheres competem. Mulheres se ajudam, sempre se ajudaram, ou então não dariam conta da infinidade de tarefas e responsabilidades que têm na vida.

O patriarcado que sustenta o capitalismo nos quer tristes, murchas, desacreditadas na vida. Nós sonhamos com uma sociedade da fartura, com comida na mesa; com as condições para que as pessoas desenvolvam suas habilidades e que o fruto de seu trabalho não seja baseado na exploração. Sejam felizes, sejam fortes, sejam convictas de nossa tarefa de transformação social sem pedir licença a ninguém e caminhando juntas.



Expediente: Este boletim é uma publicação do CRESS 12ª Região - Gestão 2023-2026.

Comissão de Comunicação: Cassiano Ferraz, Débora Ruviano, Flávia de Brito Souza, Jéssica Degrandi, Karoline Gonçalves, Rodrigo Faria Pereira e Simone Dalbello.

Diagramação: Cassiano Ferraz - Assessor de Comunicação (comunicacao@cress-sc.org.br)